

ANC p3

JORNAL DE

BRASILIA

13 MAI 1988

JORNAL DE BRASILIA

Genoíno diz que os militares querem fazer intimidação

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), acusou os ministros do Alto Comando das Forças Armadas de estarem tentando

Arquivo



Genoíno exige total soberania

do intimidar a Constituinte, ao manifestar suas posições sobre a duração do mandato do presidente Sarney e sobre a anistia a militares, questões que considera altamente políticas e que serão votadas no capítulo das Disposições Transitórias da futura Constituição.

"Temos que protestar, denunciar e conchamar a Assembléia, que, em nome de sua soberania, possa deliberar sobre esses temas, levando em conta os imperativos de consciência e da Justiça, e não os imperativos e força do Alto Comando Militar" — afirmou Genoíno.

José Genoíno lembrou que é favorável ao pronunciamento dos militares sobre questões específicas, mas que se trata de uma posição de força os ministros do Alto Comando das Forças Armadas se reunirem para proclamar que, se a anistia for aprovada pela Constituinte, os cassados não voltarão aos seus quadros.

Raquel não acha anistia cara

A deputada Raquel Cândido, do PFL de Rondônia, disse ontem que a Constituinte não busca o confronto com os militares, ao tratar da questão da anistia aos brasileiros atingidos no passado por atos de expulsão correntes de motivação exclusivamente política. Ela comentou a posição reiterada pelos três ministros militares — Exército, Marinha e Aeronáutica —, contrária à anistia.

A deputada é autora de uma das emendas sobre anistia, que vão ser adotadas daqui a algum tempo, quando a Constituinte for apreciar o título das Disposições Transitórias. A emenda atinge não apenas os militares punidos por motivação ideológica mas, igualmente, os servidores públicos da administração direta e indireta.

"Nos já estamos negociando essa questão — disse a constituinte. Nosso objetivo é preservar as Forças Armadas e sua hierarquia. Mas entendemos, por outro lado, que as injustiças precisam ser corrigidas. Os militares saberão compreender isso. Estou convencida de que eles já não têm motivos para receios quanto à manutenção da hierarquia. Esse obstáculo já está afastado. Quanto à alegação de que a anistia sairá cara, eu acho que sairia mais caro botar cada injustiçado em frente a um Tribunal de Justiça. E não podemos aceitar essa alegação. Afinal de contas, será que tudo o que possa beneficiar os prejudicados neste País tem de ser considerado caro?" — disse ela.

Outro autor de emenda sobre anistia é o deputado baiano Mário Lima (PMDB-BA), ele próprio cassado durante 10 anos. Para Mário Lima, "não há dinheiro que pague o sofrimento e humilhação dos que, durante anos, ficaram

privados do seu emprego, da sua profissão e, muitas vezes, do seu próprio País". Por isso, o deputado não aceita a argumentação de que a anistia seria impraticável por razões econômicas.

Hierarquia

Mário Lima entende, no entanto, que a hierarquia é a espinha dorsal das Forças Armadas e que, por isso, deve ser respeitada. É a mesma opinião, também, do deputado Hélio Duque (PMDB-PR), que apresentou uma emenda sobre o assunto. A proposta estende aos servidores públicos todos os efeitos da anistia quer vier a ser concedida aos militares. Está sendo trabalhada uma fusão dessa emenda com outras duas, do senador Humberto Lucena e do deputado João Paulo Vasconcelos, para ampliar os seus efeitos.

"No caso dos militares — disse Duque — é preciso que se faça a anistia e se crie, ao mesmo tempo, um quadro da reserva. A anistia sempre foi uma tradição entre nós. E se não fosse essa tradição, como poderíamos ter anistiados, por exemplo, os revoltosos de Aragarças e os que se envolveram no golpe de 1964?"

Na visão do constituinte paranaense, a anistia deve restituir aos militares a patente a que teriam direito se estivessem na ativa, acompanhada da correção de salários. Os anistiados seriam mantidos na reserva. "Quanto a demanda financeira — ele disse —, existem fórmulas para composição. Isso já foi feito, por exemplo, na Petrobrás, onde não foram contados todos os prazos e os anistiados aceitaram um acordo homologados pela Justiça do Trabalho".

ANC 88
Pasta 11 a 15
Maio/88
078

file